

# “REGULAMENTAÇÃO DA RESERVA LEGAL: ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS ESTADUAIS BRASILEIROS”

Helga Lützoff Bevilacqua<sup>127</sup>

## RESUMO

A Reserva Legal é uma das áreas ambientalmente protegidas, prevista no Código Florestal, cuja função é a proteção da biodiversidade e a utilização sustentável da propriedade rural. Nos termos da legislação florestal, a implantação das Reservas Legais é destinada aos órgãos ambientais estaduais, de modo que, cabe a estes promover a regulamentação dessas áreas, no limite da competência legislativa determinada pela Constituição Federal. O presente artigo teve por objetivo construir um panorama acerca da regulamentação da Reserva Legal a partir da compilação e análise de todas as leis e atos normativos relativos ao tema, produzidos pelos órgãos ambientais estaduais. Tal análise viabilizou a apresentação de um diagnóstico demonstrando a inexistência de uma estrutura regulatória que proporcione a efetiva implantação dessas áreas no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** reserva legal; Código Florestal, Constituição Federal; órgãos ambientais estaduais.

## 1. INTRODUÇÃO

A Reserva Legal, prevista no Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/1965) é uma das formas de “*áreas ambientalmente protegidas*”, determinada pela legislação ambiental. Trata-se de uma área de vegetação nativa a ser mantida no interior das propriedades rurais, com o objetivo de conservar a biodiversidade, proporcionar a regeneração natural dos processos ecológicos, permitir o abrigo de fauna e de flora nativas e propiciar o uso sustentável da propriedade rural em detrimento dos impactos negativos gerados pela exploração agropecuária.

A exigência pela manutenção de uma parte de cobertura florestal a ser preservada nas propriedades encontra-se presente na legislação desde a edição do primeiro Código Florestal (Decreto Federal n.º 23.793/1934). No entanto, tal premissa que deu origem ao atual conceito de Reserva Legal foi significativamente modificada no decorrer do tempo, de modo que, a regulamentação da Reserva Legal somente restou consolidada na legislação florestal a partir 2001, com a edição da Medida Provisória 2.166-67, que alterou o atual Código Florestal.

A partir de 2001 a Reserva Legal passou a ser classificada em quatro tipos, considerando um percentual específico de vegetação nativa a ser preservada pelo

---

<sup>127</sup> Advogada da área ambiental, pós graduada em Meio Ambiente e Sociedade pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP, helgalubevi@gmail.com

proprietário, tendo em vista a localização do imóvel rural e a caracterização da fitofisionomia (“fisionomia vegetal”) presente na propriedade.

Juntamente com os tipos de Reserva Legal, a Medida Provisória 2.166-67/01, estabeleceu métodos de adequação para os proprietários rurais que não possuísem a Reserva Legal, ou ainda, possuísem a área em percentual inferior àqueles previstos na legislação florestal.

Tanto a implantação quanto a regularização da Reserva Legal, nos termos do Código Florestal, devem ser monitoradas e aprovadas pelo órgão ambiental estadual que poderá, mediante a celebração de convênio, transferir sua competência para o órgão ambiental municipal ou instituição devidamente habilitada.

Tendo em vista as diretrizes dispostas na Constituição Federal e as determinações do Código Florestal, os órgãos ambientais estaduais são os principais agentes no que se refere à instituição, fiscalização e regularização das áreas de Reserva Legal. Aos órgãos ambientais estaduais, portanto, incumbe a suplementação da legislação federal de modo a operacionalizar a implementação das áreas de Reserva Legal.

Ocorre que, muitos Estados, embora tenham instituído Políticas Florestais próprias, nem sempre dispõem sobre a regulamentação específica quanto às áreas de Reserva Legal, tampouco, leis que regulamentem a adequação dessa área.

A ausência de regulamentação específica reflete negativamente no que se refere à gestão dessa área ambientalmente protegida, fundamental à preservação da biodiversidade e mecanismo potencialmente hábil a instituir o desenvolvimento sustentável, conjugando a preservação das florestas nativas com o desenvolvimento agropecuário do país.

A inexistência de uma estrutura legal mínima dificulta a implantação dessa área, bem como, impossibilita a regularização de propriedades que não detenham a Reserva Legal, ou ainda, possuam-na em percentuais inferiores àqueles exigidos pela legislação.

Some-se a isso, em 22 de julho de 2008, foi promulgado o Decreto Federal n.º 6.514/08 que instituiu enquanto conduta administrativamente punível a não averbação da Reserva Legal. Nos termos do Decreto, a simples não averbação da Reserva Legal poderá sujeitar o proprietário rural a uma multa que poderá variar entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> Artigo 55, Decreto Federal n.º 6.514/08.

Visando verificar em que medida a competência legislativa suplementar dos Estados vem sendo exercida, no que se refere à regulamentação da Reserva Legal, o presente trabalho mapeou a legislação de todos os Estados brasileiros com o objetivo verificar se os órgãos ambientais estaduais encontravam-se capacitados, a partir de uma estrutura regulatória, para efetivar políticas que viabilizassem a implantação e a adequação da Reserva Legal.

## 2. REGIME JURÍDICO DA RESERVA LEGAL

O conceito de Reserva Legal, presente no artigo 1º, inciso III do Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/65) foi consolidado em 2001, por meio da edição da Medida Provisória 2.166-67, de 24.08.2001, que teve origem reedição da Medida Provisória 1.956-50, de 28.05.2000.

Tal ato normativo definiu a Reserva Legal como *“uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e de flora nativas”*.

Embora a definição de Reserva Legal seja recente, a obrigatoriedade do proprietário reservar parte de seu imóvel com a finalidade de manutenção dos recursos florestais remonta à época do Brasil Colônia.

Com o objetivo de evitar a escassez de madeira, matéria prima valorizada em razão da produção de embarcações da época, a Coroa Portuguesa, em 1797, declarou a propriedade sobre todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou de rios que desembocassem imediatamente no mar e por onde jangadas pudessem conduzir as madeiras cortadas.

Com o propósito de controlar a exploração florestal de modo a priorizar os interesses da Coroa Portuguesa, em Carta Régia datada de 08.07.1800, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, obrigava os proprietários a “conservar as madeiras e paus reais” numa faixa de dez léguas da costa marítima.<sup>129</sup>

A partir da década de 30, com a edição do primeiro Código Florestal brasileiro (Decreto n.º 23.793/34), as bases da Reserva Legal começaram a se consolidar na

---

<sup>129</sup> Cf. PEREIRA, Osny Duarte. **Direito Florestal brasileiro: ensaio**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950, p.93-94.

legislação florestal. Nos termos do artigo 23 do referido Decreto, nenhum proprietário de terras cobertas por matas nativas originais poderia abater mais de 75% (setenta e cinco por cento) da vegetação existente em seu imóvel, exceto se tratasse de pequena propriedade situada próxima de florestas ou zona urbana, ou ainda se o proprietário convertesse a vegetação florestal heterogênea em homogênea. Tal instituto, originariamente denominado “Reserva Florestal”, refletia uma preocupação do legislador com a preservação de uma fração de madeira no interior das propriedades de modo a evitar o desmatamento predatório.

A Reserva Florestal, tal qual concebida pelo Código Florestal de 34, permitia que os 25% (vinte e cinco por cento) de vegetação a serem preservados pelos proprietários fossem convertidos em florestas homogêneas, de modo que a preocupação com a biodiversidade não era verificada na legislação florestal nesse primeiro momento.

Da mesma forma, inexistia no instituto original da Reserva Legal a preocupação com o obrigo de fauna e flora nativas ou qualquer determinação no sentido de aproximar as Reservas Legais de outras áreas ambientalmente protegidas, com o objetivo de proporcionar o fluxo gênico de fauna e flora.

Em 1965, com a promulgação do segundo Código Florestal (Lei Federal n.º 4.771/65) manteve-se o ideal da Reserva Florestal, no entanto, conforme determinação expressa do artigo 16, a Reserva Florestal haveria de ser determinada conforme a localização da propriedade, isto é, para imóveis situados nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste do País, a limitação quanto à reserva de vegetação corresponderia a 20% (vinte por cento) da área da propriedade; já nas demais regiões e nas áreas em que o desmatamento com fins de ocupação do solo não havia sido feito, a Reserva Florestal deveria corresponder a 50% da área da propriedade.

Com a edição da Lei Federal n.º 7.803/89, que alterou o Código Florestal de 1965, a Reserva Florestal passou a denominar-se “Reserva Legal” e compreendia *“uma área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de qualquer propriedade onde não era permitido o corte raso”*.

A Lei de 89 também passou a exigir a averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel, sendo vedada sua destinação nos casos de transmissão e desmembramento a qualquer título.

Com as alterações promovidas pela Lei de 89, a Reserva Legal passou a sofrer resistência no que se tratava da sua implantação por parte dos produtores rurais. Com o objetivo de solucionar tal questão, em 1991, por meio da edição da Lei Federal n.º

8.171/91 – Lei da Política Agrícola brasileira determinou em seu artigo 99, que o proprietário rural que não detivesse Reserva Legal nos parâmetros impostos pela Lei 7.803/89, deveria realizar o plantio, a cada ano, de pelo menos 1/30 (um trinta avos) da área total necessária a complementação da Reserva Legal.

Após a Lei Federal n.º 7.803/89, o Código Florestal de 1965 ainda sofreu alterações com as edições de diversas Medidas Provisórias, que tiveram origem com a Medida Provisória 1.511, de 25.07.1996, reeditada até a Medida Provisória 2.166-67, de 24.08.2001.

Por força da Emenda Constitucional n.º 32/2001, que modificou o regime jurídico das Medidas Provisórias, as alterações promovidas com a edição da MP 2.166-67 permanecem consolidadas no Código Florestal até os dias de hoje<sup>130</sup>.

As Medidas Provisórias são atos normativos editados pelo Presidente da República em caráter de relevância e urgência, que adquirem força de lei, após submissão ao Congresso Nacional.

No caso do Código Florestal, a Medida Provisória 1.511/96 foi editada no momento em que eram divulgados dados alarmantes referentes ao aumento do desmatamento na Amazônia, de modo que, o objetivo da referida MP era instituir meios voltados a proteção da floresta.

Assim, a referida Medida Provisória aumentou para 80% a área da Reserva Legal nas propriedades rurais localizadas em áreas de floresta no interior da Amazônia Legal; proibiu a expansão da conversão de áreas arbóreas em agrícolas nas propriedades rurais que já possuísem áreas desmatadas; e, dispôs que a cobertura florestal nativa na região Norte e na parte norte do Centro-Oeste teria sua exploração feita somente por meio de manejo sustentável.

A partir da Medida Provisória 2.166-67/2001, portanto, a Reserva Legal passou a ser considerada enquanto instrumento voltado à contenção do desmatamento predatório além de ordenar o uso e a ocupação da propriedade rural em detrimento da proteção ambiental.

Note-se que as alterações legais relativas à constituição da Reserva Legal propiciaram reflexos expressivos na política agropecuária do país. Por se tratar de uma área que impede o aproveitamento total das propriedades rurais e que deve,

---

<sup>130</sup> Emenda Constitucional n.º 32/2001, “Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda *continuam em vigor* até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

necessariamente, ser constituída de vegetação nativa, a Reserva Legal possuía e ainda possui significativa resistência por parte dos produtores rurais no que se refere à sua implantação.

Com o objetivo de amenizar tal resistência, a Medida Provisória 2.166-67/01 em seu artigo 44, buscou aprimorar mecanismos de adequação destinados ao proprietário rural que não detivesse a Reserva Legal, ou ainda, que não possuísse a área em conformidade aos novos percentuais exigidos pela legislação.

As diversas alterações promovidas no Código Florestal, em especial no que se refere à constituição da Reserva Legal são frequentemente criticadas pelo setor agropecuarista, que atribui imprudência à conduta do legislador que impõem a obrigação de constituir a Reserva Legal sem, contudo, avaliar os custos e os prejuízos que tal demanda gera para a política agropecuária nacional<sup>131</sup>.

As críticas geradas pelas mudanças sofridas pelo Código Florestal também se fazem em razão da aplicabilidade da lei florestal. As normas de direito ambiental, em razão das determinações contidas no artigo 225 da Constituição Federal, são reconhecidas enquanto *normas de ordem pública*, cuja aplicabilidade deve ser imediata. Desta forma, as normas de direito ambiental atingem todos os fatos ocorridos sob a sua vigência, impedindo as consequências e efeitos gerados pela legislação anterior<sup>132</sup>.

A aplicação da lei ambiental reflete diretamente sobre a obrigatoriedade de composição da Reserva Legal nos termos do Código Florestal, de modo que, em razão das alterações promovidas pela Medida Provisória 2166-67/01, o proprietário tem o dever de adequação da área independentemente de ter constituído a Reserva Legal nos termos da legislação florestal anterior.

O descumprimento da composição da Reserva Legal segundo a legislação vigente poderá acarretar ao proprietário sanções de natureza administrativa e também penal.

Neste sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de obrigar o proprietário a recompor ou adequar a Reserva Legal da

---

<sup>131</sup> Cf. RIGONATTO, Claudinei Antônio; NOGUEIRA, Jorge Madeira, **Política Ambiental: uma avaliação da eficácia da Reserva Legal**, disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj9/08.htm>>. Acesso em 2 mai. 2009.

<sup>132</sup> Cf. MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 3ª edição, Ed. RT, p. 339

propriedade, ainda que esta tenha sido adquirida com área desmatada<sup>133</sup>, não admitindo, portanto, a hipótese de direito adquirido no caso de Reserva Legal inadequada.

Tornar efetiva a obrigatoriedade da Reserva Legal, tal como previsto no Código Florestal, não é tarefa fácil, na medida em que paradigmas de produção e exploração de uso do solo devem ser quebrados.

Em razão da inexistência de direito adquirido em matéria ambiental, a regularização das áreas de Reserva Legal precisa ser instrumentalizada pelos Estados, a quem o Código Florestal destina a implantação da Reserva Legal.

Assim, o papel dos Estados no que se refere à regulamentação e adequação dos dispositivos do Código Florestal à realidade local é de suma importância para garantir que a implantação da Reserva Legal seja de fato e não importe em um prejuízo maior para a preservação da biodiversidade.

### **3. PANORAMA ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DA RESERVA LEGAL: APRESENTAÇÃO DE DADOS**

#### **3.1. Considerações preliminares**

O presente artigo tem por objetivo demonstrar um panorama acerca da regulamentação da Reserva Legal, identificando na legislação estadual os seguintes aspectos: (i) os Estados brasileiros possuem legislação florestal própria (Códigos Florestais Estaduais ou Códigos Ambientais Estaduais); (ii) as legislações estaduais florestais (Códigos Florestais Estaduais ou Códigos Ambientais Estaduais) contemplam a regulamentação da Reserva Legal e de seus métodos de adequação; (iii) os Estados brasileiros possuem leis específicas (leis em sentido estrito, portarias, instruções normativas, entre outros atos) voltadas à regulamentação de Reserva Legal e seus métodos de adequação, e, (iv) os Estados brasileiros possuem uma estrutura de cadastramento das áreas de Reserva Legal, verificada a partir da existência de bancos de dados ou cadastros estaduais de imóveis rurais.

Tal panorama foi verificado a partir de dois parâmetros de análise relativa à regulamentação da Reserva legal: (i) as legislações florestais estaduais, compostas por Códigos Florestais Estaduais ou Códigos Ambientais Estaduais e; (ii) as legislações

---

<sup>133</sup> Cf. ANTUNES, Paulo, B. **Poder Judiciário e Reserva Legal: análise de recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça**. *Revista de Direito Ambiental*, n.21, jan-mar, 2001.

específicas voltadas à regulamentação da Reserva Legal, aqui consideradas enquanto Portarias, Instruções Normativas, Resoluções ou quaisquer outros atos normativos voltados à regulamentação de Reserva Legal.

Para a efetivação dessa análise, foram coletadas e sistematizadas em um banco de dados toda legislação voltada à regulamentação da Reserva Legal, presente nos *sites* dos órgãos ambientais estaduais, bem como, nos respectivos *sites* das Assembléias Legislativas.

Além da compilação de legislação, também foram realizados contatos via e-mail e telefônicos com os órgãos ambientais competentes, com o objetivo de obter informações acerca da legislação não disponibilizada para acesso via internet.

A escolha da esfera estadual como objeto de análise se deu em razão dos seguintes fatores: (i) o modo de distribuição de competências para proteção florestal prevista na Constituição Federal e; (ii) a concentração nos órgãos estaduais de ações voltadas à regulamentação, fiscalização, regularização e instituição da Reserva Legal, conforme as determinações previstas no Código Florestal.

### **3.2. Panorama da regulamentação da Reserva Legal na legislação florestal estadual - Códigos Florestais e Códigos Ambientais**

A partir dos dados coletados, pode-se observar que grande parte dos Estados Brasileiros possui algum tipo de regulamentação florestal, presente em seus Códigos Florestais Estaduais ou Códigos Ambientais Estaduais. Dos 28 (vinte e oito) Estados analisados, apenas Rondônia, Mato Grosso do Sul e São Paulo não possuem qualquer regulamentação florestal estadual presentes em Códigos Florestais Estaduais ou Códigos Ambientais Estaduais, o que representa um percentual de apenas 11% do total dos Estados analisados.

A regulamentação florestal estadual, conforme explicitado, possui natureza suplementar sendo necessária para sua eficácia a harmonização com os dispositivos gerais presentes no Código Florestal.

Tendo em vista as alterações sofridas pelo Código Florestal no decorrer de sua vigência, tem-se que a Medida Provisória n.º 2.166-67/01, constitui um marco, na medida em que determinou a atual estrutura da Reserva Legal presente no Código Florestal. O ano de 2001, portanto, é considerado um divisor temporal no que se refere à regulamentação florestal e consequentemente da Reserva Legal.



Com o objetivo de verificar a eficácia das leis estaduais, buscou-se identificar qual o percentual de leis florestais (Códigos Florestais Estaduais e Códigos Ambientais Estaduais) que foram editadas pós 2001.

Dos 28 Estados analisados, apenas oito tiveram seus respectivos Códigos Florestais ou Códigos Ambientais editados pós 2001 (Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Distrito Federal, Mato Grosso, Pará e Amapá).

Assim, o que se evidencia é que, não obstante grande parte dos Estados possua legislações estaduais voltadas à regulamentação florestal, a maioria dessas leis está desatualizada em relação às alterações sofridas pelo Código Florestal, principalmente no que se refere à área de Reserva Legal.

Com relação à regulamentação da Reserva Legal presente nas legislações florestais estaduais (Código Florestal e Código Ambiental Estadual) verificou-se que apenas oito Estados não tratam da Reserva Legal em suas legislações (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Piauí, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas e Rondônia) o que corresponde a um percentual de 30% do total analisado.

A maioria das legislações florestais estaduais com deficiência na regulamentação da Reserva Legal encontra-se na região norte do país. Do percentual total de regiões sem regulamentação de Reserva Legal presente em Códigos Ambientais Estaduais ou Códigos Florestais Estaduais, a região norte representa 37,5% desse total.

Tal constatação destaca um dado importante na medida em que as maiores áreas de Reserva Legal encontram-se justamente nessa região: 80% de área nas regiões de floresta da Amazônia Legal e 35% de área nas regiões de cerrado amazônico.

Muito tem se falado acerca do avanço do desmatamento na Amazônia e as principais medidas jurídicas e políticas para contê-lo. Nesse contexto, a Reserva Legal é considerada um importante instrumento de preservação de biodiversidade, cuja função é justamente evitar os impactos negativos gerados pela atividade agropecuária e conter o avanço de fronteiras agrícolas em áreas ambientalmente relevantes.

Não por outra razão, a legislação só permite o aproveitamento de 20% dos imóveis rurais situados em áreas de floresta amazônica, justamente com o objetivo de evitar o desmatamento para a implantação de empreendimentos agropecuários nessa região.

Da leitura dos dados encontrados, nota-se que a Reserva Legal é subaproveitada na região norte na medida em que a inexistência de uma regulamentação para a

instituição dessa área tende a dificultar sua implantação pelos órgãos ambientais competentes.

Ainda que se considere a edição de leis específicas (leis, portarias, instruções normativas, etc.) voltadas à regulamentação de Reserva Legal, conforme se verá no próximo item, verificou-se que dos sete Estados presentes na região norte, 6 Estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Amapá) não possuem sequer leis específicas voltadas para regulamentação de Reserva Legal. Portanto, mesmo considerando a existência de leis específicas voltadas a regulamentação de Reserva Legal a região norte ainda sim demonstra uma deficiência de legislação voltada à regulamentação da área.

Por fim, com relação à regulamentação florestal estadual, também foram analisados nos Códigos Florestais Estaduais e Códigos Ambientais a presença de dispositivos regulamentando as hipóteses de adequação previstas no artigo 44 Código Florestal, quais sejam: recomposição de Reserva Legal, regeneração de Reserva Legal e compensação de Reserva Legal.

Das legislações estaduais analisadas, 63% dos Estados não possui regulamentação voltada aos métodos de adequação da Reserva Legal. Ou seja, mais da maioria dos Estados brasileiros não possui dispositivos que objetivam adequar a situação das propriedades rurais que não detenham ou ainda detenham a Reserva Legal nos percentuais inferiores aos determinados pelo Código Florestal.

A ausência da regulamentação de situações de adequação da Reserva Legal em propriedades que não detém a Reserva Legal, ou ainda, detém a referida área em percentual inferior ao previsto no Código Florestal, além de dificultar a regularização das propriedades rurais nos Estados, proporciona situações que favorecem a aplicação de sanções, levando-se em consideração a promulgação do Decreto Federal n.º 6.514/08 que tipificou como conduta punível por multa<sup>134</sup>, a não averbação da Reserva Legal.

Tendo em vista que a averbação pressupõe a expedição de um Termo pelo órgão ambiental estadual, ratificando a existência da Reserva Legal nos percentuais adequados, as propriedades que estão inadequadas ficam à mercê da edição de leis que auxiliem na regularização das áreas.

---

<sup>134</sup> Decreto Federal n.º 6.514/08, art. 55.

### **3.3. Panorama da *legislação específica* voltada à *regulamentação* de Reserva Legal**

A análise da legislação específica voltada à regulamentação de Reserva Legal levou em consideração não apenas leis em sentido estrito, mas também outros atos normativos, tais como decretos, instruções normativas, portarias, entre outros cujo conteúdo tratasse da questão.

No que se refere à existência de legislação estadual específica voltada à regulamentação da Reserva Legal, verificou-se que apenas 8 (oito) dos 28 (vinte e oito) Estados analisados possuem leis nesse sentido, o que representa no total analisado, um percentual de 30% dos Estados.

Concentrando-se a análise nas regiões do País, verificou-se novamente que a região norte é a região que possui o maior percentual relativo à inexistência de leis específicas que tratem da regulamentação da Reserva Legal.

Fazendo uma análise comparativa, integrando os dados encontrados relativos à regulamentação de Reserva Legal nas legislações florestais estaduais (Códigos Ambientais Estaduais e Códigos Florestais Estaduais) com os dados encontrados relativos à existência de legislação específica voltada à regulamentação de Reserva Legal, evidencia-se que a região norte, de fato, é a região mais crítica no que se refere ao tratamento legislativo da Reserva Legal.

Tal dado merece destaque, pois, como explicado, a região norte é a região que concentra as maiores áreas de Reserva Legal do País, portanto, a inexistência de regulamentação dessa área nessa região denota o subaproveitamento desse instrumento inclusive no que se refere a políticas voltadas à contenção do desmatamento.

Por fim, fazendo mais uma análise comparativa, integrando os Estados que não possuem regulamentação da Reserva Legal em suas legislações florestais estaduais e, ainda, não possuem regulamentação em leis específicas sobre Reserva Legal, verificou-se que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Amazonas e Rondônia não possuem regulamentação de Reserva Legal seja na legislação florestal estadual, seja em leis específicas voltadas ao tema.

Portanto, dos 28 Estados analisados, pode-se afirmar que 5 (cinco) Estados possuem um diagnóstico crítico a medida em que não possuem qualquer tipo de regulamentação, seja em leis florestais estaduais seja em leis específicas, voltadas à Reserva Legal.

### 3.4. Panorama da *legislação específica* voltada à *Adequação de Reserva Legal*

Conforme explicado, a Medida Provisória 1956-50/00 reeditada até a Medida Provisória 2.166-67/01, além de alterar os percentuais de Reserva Legal, também dispôs no artigo 44 dos métodos de adequação de Reserva Legal, destinado àquelas propriedades que não possuísem Reserva Legal, ou ainda, detivessem a referida área em percentual inferior àquele disposto no Código Florestal.

Os métodos de adequação, previstos no Código Florestal são: (i) recomposição da Reserva Legal mediante o plantio, a cada 3 anos, de pelo menos 1/10 da área necessária a sua complementação; (ii) regeneração da vegetação nativa e (iii) a compensação em outra área equivalente em importância ecológica, extensão e pertencente ao mesmo ecossistema e mesma micro-bacia hidrográfica.

Importante salientar que a compensação poderá ser feita mediante a utilização da servidão florestal, a aquisição e posterior doação, ao Poder Público, de áreas no interior de Unidades de Conservação Federais pendentes de regularização fundiária e por meio da aquisição de Cotas de Reserva Legal.

Os métodos de adequação de Reserva legal são fatores importantes no que se refere à implantação dessas áreas, na medida dispõem sobre instrumentos que conduzem os proprietários à regularização de suas áreas rurais.

Por se tratarem de ferramentas importantes na questão da implantação das Reservas Legais, a regulamentação estadual dos métodos de adequação da Reserva Legal é um benefício aos Estados na medida em que trás esses instrumentos à realidade ambiental local.

Levando-se em conta esse fato, o presente estudo teve como objeto de análise a legislação específica dos Estados voltada à regulamentação dos métodos de adequação de Reserva Legal. Neste caso, assim como na análise anterior, levou-se em consideração não só a existência de leis em sentido estrito, mas também decretos, instruções normativas, portarias entre outros atos normativos voltados à questão.

Dos 28 Estados analisados, 18 não apresentam leis específicas voltadas à regulamentação de adequação de Reserva Legal, o que corresponde a 67% do total dos Estados integrantes da federação.

Verificando-se os dados distribuídos por região, nota-se que a região nordeste não possui qualquer lei ou ato normativo voltado à regulamentação de adequação de Reserva Legal, em seguida, vê-se a região sudeste que representa a segunda região com

menor percentual de leis voltadas à regulamentação específica de métodos de adequação de Reserva Legal.

A região sul e região centro-oeste são as únicas cujo percentual de Estados com legislação voltada à regulamentação de métodos de adequação de Reserva Legal supera o número de Estado com deficiência de leis nesse sentido.

Por fim, fazendo uma análise comparativa dos números encontrados para regulamentação de métodos de adequação de Reserva Legal nas legislações florestais estaduais (Códigos Florestais Estaduais e Códigos Ambientais Estaduais) somados aos números encontrados para a existência de leis específicas voltadas ao tema, verifica-se que 12 (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Acre, Amazonas e Roraima) dos 28 Estados não possuem regulamentação quanto aos métodos de adequação de Reserva Legal, sejam em suas leis estaduais florestais sejam por leis específicas.

Tais Estados, portanto, representam uma situação crítica na medida em que não possuem qualquer regulamentação voltada aos métodos de adequação de Reserva Legal.

### **3.5. Panorama da sistematização de Bancos de dados e cadastros das áreas rurais**

Com o propósito de verificar não só o exercício da competência legislativa no que se refere à regulamentação da Reserva Legal, mas também identificar outros instrumentos que auxiliem na implantação dessas áreas, o presente estudo destacou a existência de bancos de dados ou cadastros das propriedades rurais presentes nos Estados, que objetivem catalogar as áreas de Reserva Legal.

Tal sistematização auxilia os órgãos ambientais não só na implantação das áreas de Reserva Legal, mas também na fiscalização e na formação de corredores ecológicos a partir da localização estratégica dessas áreas.

Verificou-se que 78% dos órgãos ambientais estaduais não possuem qualquer banco de dados voltado ao cadastramento das propriedades rurais.

Entre os Estados que possuem bancos de dados voltados ao cadastramento de áreas rurais, destacamos: Paraná, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Da análise desses cadastros, destacamos ainda o Estado do Paraná que dispõe hoje de um banco de dados georeferenciado das propriedades rurais presentes no

Estado, indicando o uso do solo e a situação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

O SISLEG – Sistema de manutenção, recuperação e proteção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, regulamentado pela Portaria do IAP<sup>135</sup> n.º 233/2004, é pioneiro no País e trata não somente do cadastro das propriedades rurais, como também organiza toda operacionalização da compensação de Reserva Legal, detalhando os Municípios do Estado com áreas destinadas à compensação.

#### 4. CONCLUSÃO

A partir do panorama demonstrado, o que se identificou é que os Estados brasileiros não possuem uma estrutura regulatória mínima que permita a efetiva implantação da Reserva Legal.

Embora o Código Florestal possua dispositivos bastante específicos no que se refere à estrutura da Reserva Legal, a sua real implantação é destinada aos órgãos ambientais estaduais.

Portanto, a inexistência de leis que auxiliem os órgãos ambientais dos Estados a exercerem sua competência administrativa no que se refere à fiscalização, regularização e implantação da Reserva Legal tende a prejudicar a efetividade desse instrumento que muito tem a contribuir para a implantação do desenvolvimento sustentável no País.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Luciano José. **Reserva Legal e conservação dos domínios ecológico-florísticos brasileiros: argumentos biológicos e jurídicos para uma análise crítica da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Revista de Direito Ambiental, n.º 51, p.167.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Poder Judiciário e Reserva Legal: análise de recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça**. Revista de Direito Ambiental, n.21, jan-mar, 2001.

FREITAS, Wladimir Passos de. **Direito Administrativo e Meio Ambiente**, 1ª Ed., 2ª tiragem. Curitiba: Juruá Editora, 1995.

---

<sup>135</sup> IAP- Instituto Ambiental do Paraná.

LIMA, Elaine Cristina Ribeiro; LIMA, Samuel do Carmo. **Preservação ambiental e a reserva legal das propriedades no Estado de Minas Gerais: aspectos jurídicos.** Disponível em:

<<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=752>>

MACHADO, Paulo Affonso Leme, “Direito Ambiental Brasileiro”, 12ª edição, São Paulo, Malheiros, 2004

MANTOVANI, M.; BECHARA, E.. **Reserva Legal à luz da Medida Provisória 1.736**, Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 4, n. 16, p. 144-152.

MORAES, Luís Carlos da Silva de. **Código Florestal Comentado**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente – a gestão ambiental em foco**. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PEREIRA, Osny Duarte. **Direito Florestal brasileiro: ensaio**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950

RIGONATTO, Claudinei Antônio; NOGUEIRA, Jorge Madeira, **Política Ambiental: uma avaliação da eficácia da Reserva Legal**, disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/conj/conj9/08.htm>>.